

# A Forma da Ação Política em Max Horkheimer: uma breve leitura de *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*<sup>37</sup>

Ronaldo Tadeu de Souza<sup>38</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é sugerir leitura distinta de um dos textos fundadores da Teoria Crítica, a *Escola de Frankfurt*. Propõe-se que no trabalho de 1937, *Teoria tradicional e teoria crítica*, Max Horkheimer, diferente da afirmação de que a política está ausente da primeira geração do *Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt*, formula uma proposta de ação política tendo em vistas as transformações da sociedade moderna nas primeiras décadas do século XX e os problemas que a esquerda europeia se defrontou para mudar a ordem social vigente.

**Palavras-chave:** Teoria Crítica; Max Horkheimer; Política; Ação; Sujeito Cognoscente.

## Abstract

The objective of this article is to suggest a different reading of one of the founding texts of Critical Theory, the *Frankfurt School*. It is proposed that in the 1937 work, *Traditional theory and critical theory*, Max Horkheimer, unlike the statement that politics is absent from the first generation of the *Frankfurt Institute for Social Research*, formulates a proposal for political action with a view to the transformations of society modernity in the first decades of the 20th century and the problems that the European left faced in changing the current social order.

**Keywords:** Critical Theory; Max Horkheimer; Policy; Action; Knowing Subject.

## Introdução

A *Escola de Frankfurt* ou a *Teoria Crítica*, que completou recentemente um século de existência, fez parte daquilo que Perry Anderson nomeou, na esteira de Merleau-Ponty, como Marxismo Ocidental. Como característica decisiva desse, Anderson afirmava em seu ensaio: ser o afastamento da intervenção política. Seja como intervenção literal, o que foi fundamental para o marxismo do leste (Kautsky, Rosa Luxemburgo, Plekhanov, Lenin, Hilferding, Bernstein e Trotsky); seja como problema teórico e conceitual. A expressão quando foi “forjada”, utilizada e tornada tema do debate público por Anderson não procurava delinear os fundamentos apenas da Escola Frankfurt. Ela tentava estabelecer um mapa cognitivo de uma linhagem de pensadores

---

<sup>37</sup> Este ensaio se baseou em uma intervenção no Colóquio Internacional: Max Horkheimer e a Teoria Crítica realizado no Departamento de Filosofia da USP em 2016. Na ocasião agradeço aos comentários de Luiz Sérgio Repa do mesmo departamento. Os equívocos são de minha responsabilidade.

<sup>38</sup> Doutor e Pesquisador de Pós-Doutorado no Departamento de Ciência Política da USP, no Grupo de Pesquisa Soberania Popular em Perspectiva Histórica (CNPq-USP), pesquisador no Cedec-Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (Núcleo de Teoria e Pensamento Político) e editor do Boletim Lua Nova/Cedec e coordenador acadêmico do Grupo de Pesquisa Política e Pensamento Crítico-USP. Atualmente é professor de ciência política no departamento de ciências sociais da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

e intelectuais de esquerda e marxistas que passaram a abordar as questões relativas à sociedade capitalista através de elementos da: epistemologia, estética, filosofia, literatura, cultura, método e teologia. Assim, Althusser e Benjamin, Sartre e a Escola Francesa de Sociologia (Goldman e Lefebvre), Della Volpi e Lukács, Lúcio Colleti e Gramsci foram apresentados e analisados no trabalho *Considerações sobre o marxismo ocidental* como expoentes daquele. Não obstante; a Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica são os que ficaram associados, negativamente, ao prejudicial afastamento da política como característica distintiva do marxismo ocidental – e acadêmico, por conseguinte. Isto ainda perpassa os ambientes de esquerda e espaços importantes do mundo *campi*. Este texto, sugere, sobretudo nestes 100 anos da Teoria Crítica/Escola de Frankfurt, que o ensaio inaugural da Teoria Crítica, o decisivo *Teoria tradicional e teoria crítica* de 1937 é um manifesto programático para uma ação política emancipatória. Insinuo que o intuito primevo de Max Horkheimer ao escrevê-lo foi postular uma modalidade de ação política circunstanciada pela temporalidade histórica vigente de quando iniciou suas atividades intelectuais como diretor do Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt. O texto está organizado da seguinte forma: *primeiro*, como estratégia argumentativa proponho estabelecer uma contraposição entre a noção de emancipação e a de reconstrução que desde a obra de Habermas e mais contemporaneamente de Honneth tem permeado a teoria crítica, aqui o que se quer é ressaltar a noção de emancipação na primeira geração de Frankfurt, em particular nosso autor; *segundo*, analiso o artigo de 1937, *Teoria tradicional e teoria crítica*, como texto-programa tendo como eixo de interpretação a posição que os sujeitos cognoscentes da práxis tem no argumento de Horkheimer, também nessa parte comento brevemente o percurso de Horkheimer até referido trabalho do fim dos anos 1930; e *terceiro*, termino com breves considerações finais com vistas a refletir o texto-programa de 1937 à luz dos debates contemporâneos em meio às crises políticas e sociais que enfrentamos.

### **Emancipação versus Reconstrução?**

Pode parecer lugar-comum, a sugestão ora perspectivada. Tal posição se desfaz ao voltarmos a atenção para a própria trajetória destes 100 anos da Teoria Crítica (e não precisamos nos deter na abordagem externa ao Instituto... e à Escola... de Perry Aderson). No interior mesmo dos programas reconstitutivos de Jürgen Habermas e Axel Honneth (a segunda e terceiras gerações da teoria crítica, respectivamente) foram formulados tendo como pressuposto a ausência de diagnósticos políticos na *Teoria Crítica* da primeira geração. A teoria democrática habermasiana e a teoria do reconhecimento honnethiana pretendem ser índices argumentativos disso. É deles que partiremos, esquematicamente, neste breve ensaio para tentarmos lançar

nossa contribuição. Pois, grosso modo, se por um lado, os modelos reconstitutivos de Habermas e Honneth censuraram, teoricamente, Horkheimer, Adorno e Marcuse por não fundamentarem a teoria crítica da sociedade na reconstrução dos padrões de interação desta própria sociedade, a razão comunicativa no âmbito mesmo dos mundos de vida fáticos e as gramáticas morais das lutas sociais dos oprimidos; por outro lado, o potencial emancipatório se submeteu sobremaneira àqueles padrões de reconstrução justificativos, no todo da teoria reconstitutiva a emancipação radical – foi (quase que) alijada (Perry Anderson dirá, por exemplo, em texto posterior ao *Considerações...* que Habermas racionaliza o real (cf. Anderson, 2012)) do âmbito de reflexão e diagnóstico da Teoria Crítica da Sociedade. Nesse aspecto, Olivier Voirol pode nos trazer algumas adequadas percepções interpretativas. Ele identificou na intervenção de Habermas e Honneth duas formas de “virada reconstitutiva” (2012, p. 95). Uma reconstrução racional-pragmática com Habermas e uma reconstrução normativa com Honneth (Ibidem). Comparadas com as fundações da *Teoria Crítica* dos anos 30 – os modelos habermasiano e honnethiano de reconstrução alteraram, decisivamente, “o modelo dialético do primeiro Horkheimer” (Ibidem). Pode-se dizer que ao intensificar a estrutura reconstitutiva Habermas e Honneth passaram a informar aos leitores e pesquisadores da teoria crítica que: por um lado, esta é sim, por definição, um projeto acadêmico inserido no contexto das ciências sociais especializadas e que projetos políticos emancipatórios devem estar vinculados a estas para não se lançarem em equívocos ingênuos sem fundamentação; por outro lado, que de fato, a ausência de maior preocupação da primeira geração da teoria crítica com modelos reconstitutivos significava um desprezo pela democracia (e por extensão à política) já que essa é lócus de disputas sociais surgidas com a modernidade. Com efeito, o modelo e a virada reconstitutiva transformam, implicitamente, o “saber como” de Horkheimer para a superação da opressão social dos dominados, pelo “saber que” (Voirol, 2012, p. 92) das complexidades que ora obstaculizam, ora são soluções na formação moral da sociedade justa. Conquanto a virada reconstitutiva da teoria crítica objetivou corrigir os desequilíbrios do programa de Horkheimer, de modo a circundar a teoria com as “ciências empíricas” e dessa forma explicitar “as estruturas profundas” no qual os “sujeitos agentes” vivem e interagem (Ibidem, pp. 92 e 96), pretendendo apresentar a esses mesmos sujeitos as possibilidades, limites e restrições das práticas emancipatórias – ela converteu-se no que podemos nominar de neutralidade otimista. Ocorreu assim porque a segunda e terceiras gerações assentaram sua virada reconstitutiva, tanto nas comunicações linguísticas enquanto momento do entendimento mútuo e sua gramática (Ibidem, p. 97) (e isto empiricamente diagnosticado pelas ciências sociais...) como no procedimento para a deliberação democrática e o reconhecimento cultural. Na tentativa de reequilibrar a

imaginação “ingênua” da *Teoria tradicional e teoria crítica* com as ciências reconstrutivas os continuadores de Horkheimer – terminaram por solapar seu modelo dialético. Pois, o potencial emancipatório da teoria crítica da primeira geração inscreve-se, justamente, na temporalidade contingente do modelo dialético mesmo, de sorte que no seu movimento de crítica ao enunciar os óbices “sociais, econômicos, institucionais, etc.” (Ibidem) para a coletividade livre irrompe a necessidade da emancipação radical. Assim; a ação política no programa da teoria crítica de Horkheimer conforma-se na articulação dos diagnósticos de época proporcionados pelas ciências particulares, na dimensão imanente da crítica da realidade e do entendimento prático dos sujeitos sociais do caráter aviltante que lhes são impostos pela totalidade falsa do capital. Foi esse esquema inovador no âmbito do pensamento de esquerda no início do século XX, essa ousada imaginação para falarmos com Martin Jay, que ficou comprometida nas reconstruções normativas de Habermas e Honneth.

Ora, Horkheimer propôs, em *Teoria tradicional e teoria crítica*, não uma ciência reconstrutiva, otimista com os elementos fundacionais de configuração da sociedade moderna – sua concepção “reconstrutiva” (se é que existe reconstrução, especificamente, no ensaio de 1937) tem aspecto estilizado, pois está articulada à “práxis emancipatória produtiva” (Ibidem, p. 96). Diferente do que em Habermas e Honneth, a *Teoria Crítica* de Horkheimer apresenta certo ceticismo transcendente, já que no seu diagnóstico imanente, compreende que a prática,

[e] as atividades dos sujeitos atuantes, [são], simultaneamente eficaz nas relações sociais e prejudicad[as] pelas tendências sociais, [...] essa prática não pode ser completamente realizada nas condições efetivas, uma vez impedida por vários obstáculos (irracionalismo, ideologia, autoridade etc.) e sistematicamente prejudicada na sociedade capitalista (Ibidem).

Toda crítica imanente nos termos de Horkheimer (e da primeira geração) articula compreensão crítico situada no tempo histórico das lutas sociais e prática dialética transcendente enquanto tal, de modo a poder vislumbrar a partilha de uma sociedade emancipada. Dessa forma, a *Teoria Crítica* do segundo diretor do *Instituto...* como programa de ação política pode ser lida, e é sugestivo que se o faça, portanto, como o momento em que a emancipação radical se sobrepõe, na dialética incandescente do diagnóstico com a crítica social, aos aspectos positivados da reconstrução normativa.

Antes de abordar mais detidamente o ensaio inaugural de 1937 convém uma breve ponderação. Qual seja? É que, naturalmente, no âmbito da *Teoria Crítica* seria um equívoco opor sem mais e categoricamente, uma simplicidade que não tem lugar no projeto frankfurtiano, a perspectiva (dialética) emancipatória ao modelo reconstrutivo da sociedade. Tendo isso no

horizonte, quero propor algumas formulações de dois textos de Max Horkheimer dos anos 1930, que não só antecedem o ensaio programático de 1937; eles podem ser tomados como o interregno “reconstrutivo” da primeira geração. (Aqui trata-se somente de uma nota reflexiva nas circunstâncias limitadas deste texto.)

Formulando de maneira mais esquemática, se nossa argumentação construída até aqui possuir algum fundamento lógico, é possível sugerir que o lugar da ciência reconstrutiva na concepção horkheimeriana dos anos 30 é preenchido por dois textos publicados por ele antes do ensaio-programa *Teoria tradicional e teoria crítica*. Os escritos de Max Horkheimer que antecederam ao seu já clássico ensaio de 1937 são: *As origens da filosofia burguesa da história* de janeiro de 1930 e *A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisa Sociais*, conferência pronunciada para a posse de diretor do *Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt* em janeiro de 1931. Por que da escolha destes dois textos? Pelo fato deles serem os principais trabalhos de Horkheimer antes de *Teoria tradicional e teoria crítica*. Além disso, estes escritos expõem o momento decisivo em que Horkheimer assume a diretoria do Instituto após “o período inicial sob Carl Grunberg (1923-1928)” (Anderson, 2001, p. 9) Nestes escritos da década de 30 que Horkheimer elabora a teoria do “materialismo interdisciplinar” com seus potenciais de superação da dominação do capital (cf. Nobre, 2013, p. 38). Assim, o plano de uma ciência reconstrutiva na teoria crítica originária nós podemos identificar, com melhor delineamento, nos escritos que indicamos.

O diagnóstico reconstrutivo de Horkheimer, com disse há pouco, parte de entendimento que o desenvolvimento das ciências sociais levou à crescente especialização. Que controlado criticamente pelo horizonte comum da teoria de Marx pode-se encontrar um significado positivo (cf. *Ibidem*). Dessa forma, a economia, as ciências sociais, a psicologia, a teoria política e do direito, a filosofia e a crítica literária contribuem para “produzir uma imagem da sociedade capitalista em seu conjunto” (*Ibidem*). Os textos, *As origens...* e *A presente situação da filosofia social...*: tentam cumprir as diretrizes estabelecidas por Horkheimer acerca do caráter positivo da especialização e, por conseguinte, do materialismo interdisciplinar. Nas *Origens...* Horkheimer procura compreender qual a estrutura intelectual do pensamento burguês. Através de uma interpretação da filosofia política e social de Maquiavel, Thomas Hobbes, Thomas Morus e Vico, Horkheimer discute o significado ideológico (e as implicações práticas) da racionalidade histórica da cultura burguesa. Mesmo abordando a particularidade de cada filósofo da história; Horkheimer nesta intervenção teórica tem como intenção geral examinar o “ser espiritual do homem”, a filosofia política e social, como que articulado ao “processo de

vida do corpo social” (Schmidt, 1970 [1930], p. 9). Ora, isto quer dizer que em Horkheimer, na medida em que, o ser espiritual ou a filosofia (o pensamento) está “refugiada” (Ibidem) no corpo social ela é mais bem interpretada como que possuindo relativa dependência temporal. Com essa perspectiva a compreensão e o sentido prático-político da ciência política de Maquiavel, da filosofia do direito natural de Hobbes, do ensaísmo utópico de Thomas Morus e a ciência filológico-cultural de Vico deve estar ciente do processo histórico e social da vida do homem (Ibidem, p. 11). Este trabalho de Horkheimer no início dos anos 30 é como se fosse um exercício de interpretação das ideologias – de modo a configurar aspecto fundante da Teoria Crítica. Desvelar as contradições do pensamento de cada tempo é parte imprescindível da ciência reconstrutiva: e Horkheimer o fez neste escrito de 1930.

Após Carl Grunberg deixar a direção do *Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt* no fim dos anos 20, Max Horkheimer assume a sua direção inovando na metodologia de investigação do Instituto. Nesta ocasião ele pronuncia a conferência (24 de janeiro de 1931) *A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais*. Nele estão delineados os elementos que estruturam o modo de se fazer pesquisa social crítica. Vale dizer: Horkheimer estabelece que o fazer pesquisa social crítica exige um profundo conhecimento das atividades, métodos e pesquisas de várias disciplinas das ciências humanas (sociologia, filosofia, economia política, direito e psicologia), de modo que estas sejam objetos de interpretação, absorção quando o caso e crítica teórica, sobretudo. Horkheimer, em sua linguagem de diretor do Instituto concentra este conhecimento profundo da variedade das ciências humanas nos polos das “disciplinas filosóficas [e das] disciplinas científicas individuais” (Horkheimer, 1999 [1931], p. 128). Com efeito, no desenvolvimento dos planos e projetos de pesquisa as questões devem estar orientadas por “problemas filosóficos [...] inseridos dialeticamente no processo empírico-científico” (Ibidem). As condições de operar positivamente uma teoria crítica da sociedade, no âmbito do Instituto de Frankfurt, com vistas à emancipação dependem de “a construção filosófica não seja mais dissociada da pesquisa empírica” (Ibidem, p. 129), pois a junção destas é que torna possível compreender o mundo social e seus problemas mais candentes na sua historicidade contingente (cf. Ibidem, p. 130). É neste passo que a ciência reconstrutiva de Horkheimer se faz. Com *Origens...* e com *A presente situação da filosofia...* como modelos de ciência reconstrutiva: a teoria crítica da sociedade está preparada para ação política emancipatória. Este é o significado de *Teoria tradicional e teoria crítica* que escapa aos seus “detratores” externos e internos (ao Instituto de Pesquisas Sociais).

## O Texto-Programa de 1937

Toda crítica imanente nos termos de Horkheimer (e da primeira geração) articula compreensão crítico situada no tempo histórico das lutas sociais e prática dialética transcendente enquanto tal, de modo a poder vislumbrar a partilha de uma sociedade emancipada. Com efeito, a Teoria Crítica do segundo diretor do Instituto... como programa de ação política pode ser lida, e é sugestivo que se o faça, portanto, como o momento em que a emancipação radical se sobrepõe, na dialética incandescente do diagnóstico com a crítica social, aos aspectos positivados da reconstrução normativa.

Ora, Horkheimer propôs, em *Teoria tradicional e teoria crítica*, não uma ciência reconstrutiva certa de si e de seus procedimentos científicos, otimista com os elementos fundacionais de configuração da sociedade moderna – sua concepção “reconstrutiva” (se é que existe reconstrução, especificamente, no ensaio de 1937) tem aspecto estilizado, pois está articulada à “práxis emancipatória produtiva” (Ibidem, p. 96). Diferente do que em Habermas e Honneth, a Teoria Crítica de Horkheimer apresenta certo ceticismo transcendente, já que no seu diagnóstico imanente, compreende que a teoria orientada à prática, vale dizer, a autocompreensão crítica “das atividades dos sujeitos atuantes” (Ibidem), é primordial na luta diante das “relações sociais e [...] tendências sociais” (Ibidem) na era do capitalismo monopolista e os desdobramentos dele decorrente como o “irracionalismo, a ideologia [e a] autoridade, etc.” (Ibidem).

Feito essas observações preliminares, estou em melhores condições agora para propor minha ideia de leitura, a saber: que o ensaio de 1937 *Teoria tradicional e teoria crítica*, é, antes de tudo, um manifesto teórico-programático para *ação política* emancipatória e radical. E aqui podemos complementar – ação política emancipatória e radical contra as forças dominantes e opressoras da coletividade do trabalho. Apoiado em Olivier Voirol (2012), novamente, gostaria de dar tratamento teórico a duas noções apresentadas por ele e que constituem o núcleo formativo da Teoria Crítica de Horkheimer: elas são a noção de *sujeito cognoscente* e a noção de *poder negativo*. Com essas, se formam o modelo de ação política para o autogoverno e liberdade dos de baixo. O que o texto de 1937 nos diz? Ora, em *Teoria tradicional e teoria crítica* a preocupação de Horkheimer, mais do que apresentar, novamente, uma ciência reconstrutiva extensiva e com aspectos metodológicos estabelecidos, é com o sujeito ou sujeitos da emancipação e as condições da práxis, bem como, com os aparatos contingentes que se

revelaram obstáculos àquela. Embora em certas passagens do texto apareçam como polos distintos, os sujeitos cognoscentes (da emancipação) e os aparatos que se opõem a eles, Horkheimer os tratou a partir de um mesmo processo histórico e social (cf. Horkheimer, 1973 [1937], p. 129). Pois, o próprio sujeito cognoscente no desenvolvimento da sociedade liberal, se revela como obstáculo contingente da emancipação – caso ele perca a referência crítica diante da “totalidade do mundo perceptível, tal como existe [na] [...] sociedade burguesa” (Ibidem, p. 133). Este é o sentido da observação de *Teoria tradicional e teoria crítica*: de que a crítica deve se precaver da a-historicidade resultante da coisificação do conceito de teoria. Neste contexto interpretativo, importa salientar que a articulação entre os sujeitos cognoscentes e os obstáculos à emancipação procura dotar os agentes societários oprimidos da capacidade de agir, sobretudo, o segmento que mais exprimem o cenário histórico e político da exploração e da humilhação. Com efeito, a teoria crítica não é simplesmente uma descrição combinada com posições normativas, mas um impulso à mudança social fornecido pelo conhecimento, compreensão e entendimento e raciocinação crítica das forças sociais da desigualdade (cf. Rush, 2004, p.9). Conquanto não explicita isto: a teoria crítica de Horkheimer de 1937 é por definição a própria forma da ação política. A construção do sujeito da crítica ou cognoscente é ao mesmo tempo, a construção do sujeito da ação política (cf. Ibidem, p. 10).

Enquanto na virada reconstrutiva da segunda e terceira gerações a fundação descritiva, moral e normativa dos supostos sujeitos cognoscentes é como que separada da pesquisa social crítico-empírica, uma disfunção estrutural da teoria que Habermas sempre teve dificuldade de corrigir – daí sua sempre tenência a racionalizar discursivamente os fatos – e que Honneth subsumiu no polo oposto da filosofia moral e social derivadas das noções abstratas de opressão cultural e simbólica (cf. Voirol, 2012, pp. 96, 97e 98) – os déficits de posição política do reconhecimento – no Horkheimer da *Teoria tradicional e teoria crítica* a disposição crítica dos sujeitos da ação política (cognoscentes) estabelece para o programa da teoria crítica a não-separação entre indivíduo e sociedade (cf. Horkheimer, 1973 [1937], p. 138). (Um dos pressupostos de toda teoria crítica com vistas à emancipação efetiva, a superação das formas de vida sob o capital, desde os dias do texto de 1937 é a recusa radical da “divisão [social] do trabalho [fundada] nas diferenças de classe” (Horkheimer, 1973 [1937], p. 138.)

É que o comportamento crítico do sujeito da emancipação funda-se na contradição consciente. (Está em jogo aqui, a problemática relação entre sujeito e objeto na tradição do pensamento social e político moderno ocidental.) A teoria crítica como forma mesma da ação política, assim, está circunstanciada pela práxis social consciente. Quer dizer – a contingência

da ação política emancipatória no texto de 1937 somente terá efetividade se os sujeitos cognoscentes (sujeitos políticos) agirem a partir da “contradição consciente” (Ibidem, p. 138). Dessa maneira, a conformação da ação política se torna real, na medida em que, a noção de experiência como caráter constitutivo da consciência do dilaceramento dos homens (Ibidem, p. 142) se transforma em potencialidade crítica, em prática social não-positiva. Isso significa que a teoria crítica como a forma de política ao representar a sociedade em sua miséria presente, sobretudo na situação dos dominados e oprimidos, forja nessa vivência dialética e histórica o próprio sujeito político da emancipação radical. Diz Horkheimer: “como se dá a conexão do pensamento com a experiência? Se não se trata apenas de ordenar, mas também de buscar os fins transcendentais destes ordenar [...] então – poder-se-ia concluir – [que] ele permanece sempre em si mesmo, como [...] filosofia idealista” (Ibidem, p. 141) e positivismo, como teoria tradicional.

Um ponto precípuo do ensaio programático de 1937 tem, por um lado, de estar no horizonte dos que se propõem a fazer teoria crítica da sociedade, e por outro, daqueles que ainda sustentam que ela se esvaiu de qualquer comprometimento político-prático. A muito comentadores é como se Horkheimer estivesse escrevendo em meados dos anos 1990, após a queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética; pelo momento de inauguração e sedimentação das intenções da *Escola de Frankfurt*, a chama da transformação radical das estruturas de opressão ainda brilhava diante dos olhos dos que faziam parte do Instituto. A teoria, naturalmente, havia alterado o estatuto de suas problematizações, dado o fato inequívoco das mudanças na sociedade capitalista na virada do século XIX para o XX. Ainda assim, Horkheimer pretendeu que a incumbência da teorização crítica tinha de estar ancorada na sobreposição (indecidível entre um e outro) da teoria e da atividade prática “consideradas em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais [...] seja [tanto] uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma.” (Ibidem, p. 144). Sem dispensar a preocupação com as especificidades disciplinares e o profissionalismo acadêmico, o que já a seu tempo ocorriam, ou estavam em vias de adquirir delineamento mais nítido (a conferência de Max Weber na Universidade de Munique em 1919 sobre ciência e as angústias do sociólogo alemão o demonstram), o sentimento do *Teoria tradicional e teoria crítica* era para com aqueles e aquelas que passam por enormes sofrimentos, sofrimentos esses, de uma crueldade indescritível por vezes – a “dilaceração e [a] irracionalidade” (Ibidem, p. 145) da vida dos desvalidos, para Horkheimer, tinha de ser eliminadas se o objetivo fosse verdadeiramente a “coletividade de

homens[, mulheres e hoje LGBTQIA+] livres” (Ibidem). Com efeito, o futuro da teoria crítica estava destinado, assim planejou Horkheimer, da crítica prática das realidades encerradas pela sociedade industrial e capitalista. (“A teoria crítica demonstra o efeito [...] da troca na qual a economia burguesa está baseada” (Ibidem, p. 151).)

Enquanto perspectiva de um futuro emancipado a teoria crítica não pode abrir mão de se imiscuir, compreensivamente, nas necessidades imanentes da sociedade. O que significa afirmar o entendimento do todo social – das interações contraditórias – e das representações formativas das classes, grupos e indivíduos. Daí Horkheimer argumentar que “o conceito da necessidade na teoria crítica é, ele mesmo, crítico; ele pressupõe o conceito de liberdade ainda que seja uma não existente. A representação de uma liberdade sempre existe, mesmo que os homens estejam escravizados [...]” (1973 [1937], p. 154). Esse ponto é imprescindível. Pois, ele permite sustentar que no projeto original da Teoria Crítica, e que se está completando um século em 2023, o momento da ação é intrínseco à construção mesma da compreensão acerca dos sentidos do sofrimento no âmbito do capitalismo de monopólio. Com efeito, ao Horkheimer de 1937 era compromisso do teórico crítico rechaçar toda posição que sustentasse “a incapacidade de se pensar teoria e práxis como unidade” (Ibidem, p. 155). Tal procedimento tinha a marca, se seguido sem autorreflexão, dos modos de funcionamento da consciência burguesa (cf. Horkheimer, 1973 [1937]).

Nas lutas pela emancipação efetiva de homens e mulheres das correntes de aço que os prendem com crueldade às dinâmicas existências opressoras e alienadas, a atitude da Teoria Crítica horkheimeriana prima pela autonomia intelectual. É parte do leque de considerações do *Teoria tradicional e teoria crítica*, que a junção incandescente da teoria com a prática exige, primordialmente, o livre pensar diante das questões que mais atingem os desvalidos de toda ordem. De modo que, a teoria crítica da sociedade é um “esforço [de trabalho] intelectual consequente” (Horkheimer, 1973 [1937], p. 155). Já nesse contexto histórico dos anos 1930, Horkheimer e outros membros do Instituto de Pesquisa de Frankfurt estavam preocupados com duas consequências das modalidades de organização das sociedades industriais avançadas: a primeira, é a excessiva simplificação (matemática) do conhecimento – a “mera intensificação [de] concisão lógica, [...] de definições aparentemente mais exatas e até de uma linguagem uniforme tem [...] de fracassar” (Ibidem, p. 154) – e a segunda, consequentemente, era a perda da capacidade de propor questionamentos críticos que orientassem as ações políticas e sociais emancipatórias. Assim, a posição de Horkheimer estava assente na construção de uma teoria que fosse capaz de apreender o instante imanente das condições de existência da sociedade de

classes e suas transformações mais significativas; a recusa aos modos de relações sociais no capitalismo monopolista e a teoria tradicional que se restringe a classificar e registrar exigiria o soerguimento do “conceito de necessidade [as contradições imanentes] na teoria crítica” (Ibidem), e ao proceder dessa maneira, ela mesma, a teoria crítica, se torna raciocínio “crítico; [condição para] o conceito de liberdade ainda que seja” (Ibidem) por uma irrupção contingente dos sujeitos cognoscentes. A isso o programa de ação política de 1937, advertia acerca da circunstância a que estavam envolvidos os intelectuais, mais precisamente, a reivindicação da teoria crítica da sociedade de que os proponentes de formas emancipadas de existência cultivassem a mais ampla “autonomia intelectual” (Ibidem, p. 155). Ora, o avanço do capitalismo monopolista e a modalidade conceitual exprimida por ele na teoria tradicional – eivada de positivismos uniformes pela técnica – requeria, com urgência, o “esforço intelectual consequente” (Ibidem) concernente à práxis libertadora. Aos teóricos críticos da sociedade era (e ainda é...) premente o cultivo sério da autonomia intelectual, sem o que qualquer modelo conceitual com vistas à prática passaria a ser desacreditada (cf. Horkheimer, 1973 [1937], p. 155). A Horkheimer, as constelações científicas que se forjaram até aquele momento sob a égide de categorias positivistas – com a exceção da dialética de Hegel e a crítica da economia política de Marx – não só comprometia o conhecimento da totalidade social, como também tornava aqueles que a levava à cabo em certificadores da ordem social burguesa: pois, no “lema de limitar-se aos fatos e de abandonar todo tipo de ilusão [emancipatória] escond[ia]-se” a adesão à ideologia da classe dominante (cf. Ibidem, p. 156).

A forma da ação política, com efeito, estava bem delineada no texto-programa de 1937 como estamos analisando até aqui. Entretanto, *Teoria tradicional e teoria crítica* não se esquivava de propor uma argumentação mais afeita ao combate de classes, bem como a ensaiar postulações que fizessem irromper o sujeito político; pode-se dizer que a forma da ação política, no âmbito da teoria crítica horkheimeriana, é indissociável do entendimento acerca do sujeito teórico-histórico da própria ação. Assim, para os que ainda leem a experiência do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, bem entendidas as coisas, em sua gênese geracional (a 1ª geração), como o afastamento da política e da recusa à atitude prática e transformadora necessitam responder a seguinte consideração: “o fato de a sociedade ser dividida em classes não impede a identificação dos sujeitos humanos [da transformação] [...], [é que] o desejo de um mundo sem exploração nem opressão [requer] da teoria crítica [não só] uma práxis esmerada [...], mas sim seu interesse na [emancipação]” (Horkheimer, 1973 [1937], p. 161). Tal como ontem, e nestes 100 anos da teoria crítica, o texto de 1937 cintila no horizonte dos que busca

superar a barbárie cruel e obscura que o poder dominante lançou os indivíduos – e na medida em que a “teoria crítica [...] [quer] suprimir a dominação de classe” (Ibidem, p. 162) a ela era impensável a não-ação política; a condição histórica de formas de vida emancipada do capital pressupunha o instante histórico-político do sujeito. “O futuro da humanidade depende da existência do comportamento crítico” e da prática consciente – quem separa “pensamento e ação” (cf. Ibidem) faz o jogo interessado da classe econômica e politicamente dominante.

### **Breves considerações finais**

Tentei abordar um aspecto que por vezes é negligenciado pelos leitores e leitoras da teoria crítica, a saber: o “forte” caráter política do ensaio *Teoria tradicional e teoria crítica*, escrito e publicado em 1937: bem entendidas as coisas, ainda um momento, se não de esperança, ao menos de interregno vigoroso sobre a situação da luta de classes pós-1910-1930 e de como o Instituto... a interpretava. Muitas coisas poderiam ser ditas a respeito do texto efetivamente fundador da teoria crítica da sociedade (da Escola de Frankfurt...). Mas nos limites do presente ensaio procurei como estratégia de exposição apoiado em Olivier Voirol, contrapor a teoria crítica emancipatória de Horkheimer à ciência reconstrutiva de Habermas e Honneth (a “virada reconstrutiva”) para que aflorasse nesta própria exposição o caráter de ação política radical da teorização de Horkheimer dos anos 30. Fica claro que muito se precisa investigar no texto de 1937 (e nas obras publicadas em 1930 e 1931 que utilizamos neste ensaio). Sobretudo, os elementos políticos do escrito que invariavelmente ficam submetidos à crítica ora sugestiva, mas na grande maioria exageradas acerca da apoliticidade da primeira geração de teóricos críticos como no caso da leitura de Perry Anderson – entre nós, em chave distinta, a da teoria democrática, mas com o mesmo timbre, Leonardo Avritzer (cf. 1999) afirmará sobre as fragilidades da teoria crítica da primeira geração, com Horkheimer à frente, concernente à política democrática.

Podemos terminar esse breve ensaio com a postulação de Horkheimer de que: uma teoria crítica para ser emancipatória deve ser cáustica e “intransigente” em seus *pressupostos críticos e práticos*, (deve renegar enunciados bem-pensantes e o conformismo do pensamento). E, malgrado as críticas, com horizontes e perspectivas distintas, de Perry Anderson, de Habermas e de Honneth sejam pertinentes a certos aspectos do projeto da Teoria Crítica originária, ela é mais do que um mero programa de investigação adaptado convenientemente ao seu tempo de obscuridade e de derrota conjuntural, e mesmo histórica, do “socialismo” por então. Com efeito; no contexto das novas lutas pela emancipação diante das várias crises por que passa as

sociedades humanas (após 2008 e a ascensão da direita pelo mundo e entre nós) ler a teoria crítica de Horkheimer como programa de ação política assentado na experiência dialética e contraditória do sujeito cognoscente pode ser um caminho tanto para o debate público democrático e crítico, como para a reflexão e prática de esquerda.

### **Bibliografia**

ANDERSON, Joel. A Opressão Invisível. In: Suplemento de Cultura Mais! *Jornal Folha de São Paulo* (Traduzido do Intellectual History Newsletter), 2001.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. Normatizando Fatos: Jürgen Habermas. In: ANDERSON, Perry. *Espectros: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Teoria Crítica e Teoria Democrática: da Impossibilidade da Democracia Ao Conceito de Esfera Pública. *Revista Novos Estudos Cebrap*, v. 53, São Paulo, 1999, p. 167-188.

HORKHEIMER, Max. Teoria Crítica e Teoria Tradicional. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1973.

\_\_\_\_\_. A presente situação da Filosofia Social e as Tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais (1931). *Revista Praga: estudos marxistas*, nº 7, 1999, p. 121-132.

\_\_\_\_\_. *As Origens da Filosofia Burguesa da História* (1930). Lisboa: Presença, 1970.

NOBRE, Marcos. Max Horkheimer: a teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. Marcos Nobre (Org.) *Curso Livre de Teoria Crítica*. Campinas: Papyrus, 2013.

RUSH, Fred. Conceptual Foundations of Early Critical Theory. Fred Rush (Org.) *The Cambridge Companion to Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SCHMIDT, Alfred. Introdução. In: HORKHEIMER, Max. *Origens da Filosofia Burguesa da História*. Lisboa: Presença, 1970.

VOIROL, Olivier. Teoria Crítica e Pesquisa Social: da dialética à reconstrução. *Revista Novos Estudos Cebrap*, v. 93, São Paulo, 2012, p. 81-99.